

MUNICÍPIO DE SETÚBAL

Aviso (extrato) n.º 12807/2026/2

Sumário: Abertura de procedimento concursal comum – assistente operacional (apoio educativo).

Procedimento concursal comum para o recrutamento de trabalhadores, com ou sem vínculo de emprego público, para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com vista à ocupação de postos de trabalho não ocupados e previstos no mapa de pessoal.

1 – O Município de Setúbal, torna público que, na sequência da aprovação do órgão executivo em reunião n.º 06/2026, de 18/03/2026 (deliberação n.º 120/2026), e em concordância com o meu anterior despacho, se encontra aberto procedimento concursal comum, de acordo com o disposto nos artigos 30.º, n.ºs 1 a 4, e 33.º da LTFP – Lei do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com a sua atual redação, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º e alínea a) do n.º 1 artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, pelo prazo de dez dias úteis, a contar da data da publicitação na Bolsa de Emprego Público (BEP), acessível em www.bep.gov.pt, com vista à admissão em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a ocupação dos postos de trabalho correspondentes à seguinte carreira, categoria e área funcional:

Assistente Operacional (Apoio Educativo) – 3 postos de trabalho.

2 – Requisitos de admissão:

2.1 – Podem candidatar-se os indivíduos que até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, satisfaçam os seguintes requisitos:

2.1.1 – Requisitos habilitacionais: Os candidatos deverão ter a escolaridade obrigatória, aferida em função da data de nascimento, nos termos dos artigos 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 538/79, de 31 de dezembro, dos artigos 6.º e 63.º, da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, e artigo 2.º da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto:

4 anos de escolaridade para os nascidos até 31 de dezembro de 1966;

6 anos de escolaridade para os nascidos entre 1 de janeiro de 1967 e 31 de dezembro de 1980;

9 anos de escolaridade para os nascidos a partir de 1 de janeiro de 1981;

12 anos de escolaridade para os nascidos a partir de 1 de janeiro de 1995.

3 – Caracterização funcional dos postos de trabalho:

3.1 – As funções correspondentes aos referidos postos de trabalho, constam do Mapa de Pessoal do Município, em conformidade com o Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, referido no artigo 88.º da mesma Lei, descritas integralmente no respetivo aviso publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP).

3.2 – Nos termos do n.º 1 do artigo 81.º da LTFP, a descrição das funções não prejudica a atribuição aos trabalhadores de outras que lhes sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha a qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização profissional.

4 – Publicação integral:

4.1 – De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a publicação integral será efetuada na Bolsa de Emprego Público (BEP), acessível em www.bep.gov.pt e no sítio da internet do Município de Setúbal.

O vereador, com competência delegada e subdelegada pelo Despacho n.º 59/2026/GAP, de 2 de março.

14 de maio de 2026. – O Vereador, Paulo Maia.

320002641